



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas - FAJS

PRISCILA BASTOS ANTUNES CAMPOS

**A UNIÃO AFRICANA SOB A ÓTICA DO LIBERALISMO INSTITUCIONAL: A
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NA ÁFRICA**

BRASÍLIA

2015

PRISCILA BASTOS ANTUNES CAMPOS

**A UNIÃO AFRICANA SOB A ÓTICA DO LIBERALISMO INSTITUCIONAL: A
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NA ÁFRICA**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Orientadora: Prof^ª. Raquel Boing Marinucci

BRASÍLIA

2015

PRISCILA BASTOS ANTUNES CAMPOS

**A UNIÃO AFRICANA SOB A ÓTICA DO LIBERALISMO INSTITUCIONAL: A
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NA ÁFRICA**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Brasília, ___ de _____ de 2015

Banca examinadora:

Professora Raquel Boing Marinucci

Orientadora

Professor examinador

Professor examinador

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo apoio em todas as minhas decisões, pelo companheirismo diário e por acreditarem em mim quando nem eu mesma acredito.

À Renata de Melo Rosa, minha orientadora inicial, pelo profissionalismo e atenção nas primeiras caminhadas desse trabalho.

À Raquel Boing Marinucci, minha orientadora final, pela competência e dedicação durante a escrita da monografia e por ter chamado a minha atenção para o “mundo desencantado”.

Aos professores da academia pelos ensinamentos proporcionados.

Aos meus amigos por estarem sempre dispostos a me ajudar com momentos de estudo e de descontração.

“O direito ao desenvolvimento diz que a ação internacional, inclusive por Estados mais ricos, para remediar as desigualdades é uma obrigação e não uma caridade.”

Sérgio Vieira de Mello

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a participação da União Africana no que tange às suas realizações em prol do desenvolvimento do continente africano, e, sobretudo, do estabelecimento da paz na África. Nesse sentido, o trabalho apresenta um panorama histórico de como o continente africano se reorganizou ao longo do período colonial e, posteriormente, como a partilha do continente na Conferência de Berlim afetou a dinâmica das populações locais distribuídas em novas delimitações territoriais. Na pesquisa, utiliza-se a teoria do liberalismo institucional das Relações Internacionais, com enfoque na vertente da “interdependência complexa”, justamente para discutir a influência e o papel das instituições internacionais no cenário internacional. Assim, discute-se a influência e o papel da União Africana nas problemáticas que se fazem presentes na África, além de abordar uma análise crítica da instituição africana e suas limitações no que diz respeito às suas ações nos campos social, econômico e de segurança.

Palavras-chave: Liberalismo institucional. Interdependência complexa. Instituições internacionais. União Africana.

ABSTRACT

This research aims to analyze the participation of the African Union in regards to its achievements for the development of Africa, and, especially, the establishment of peace in Africa. In this sense, the work presents a historical overview of how Africa was organized along the colonial period and, later, how the partition of the continent at the Berlin Conference affected the dynamics of local populations distributed in new territorial boundaries. The survey is based on the theory of institutional liberalism of International Relations, focusing on the “complex interdependence” category to discuss the influence and the role of international institutions in the international scene. Thus, it is discussed the influence and the role of the African Union in the issues in Africa, in addition to making a critical analysis of african institution and its limitations in regards to its actions in the social, economic and security fields.

Key words: Institutional liberalism. Complex interdependence. International institutions. African Union.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A CORRENTE LIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	11
1.1 Origens do pensamento liberal.....	11
1.2 Liberalismo utópico.....	14
1.3 Liberalismo institucional e o enfoque da interdependência complexa.....	18
1.4 As Instituições internacionais.....	21
2 PANORAMA HISTÓRICO DA ÁFRICA.....	23
2.1 A África colonial.....	23
2.2 O movimento pan-africano.....	29
2.3 O nacionalismo africano e o processo de descolonização.....	21
2.4 Da Organização da Unidade Africana à União Africana.....	34
3 AS INICIATIVAS DA UNIÃO AFRICANA.....	40
3.1 A importância da União Africana.....	40
3.2 Missão da União Africana em Comores.....	44
3.3 Missão da União Africana na Somália.....	45
3.4 As limitações do liberalismo institucional no contexto da União Africana.....	46
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

A história africana, desde os tempos remotos, é marcada por constantes conflitos armados, que são generalizados como guerras, e, conseqüentemente, por representar uma ameaça à paz e segurança internacionais. Abarcando uma grande diversidade de idiomas, etnias, religiões e fronteiras, que foram artificialmente delimitadas pelas potências na ocasião da Conferência de Berlim (1884), a África é palco de um grande número conflitos armados internos, vinculados a organizações criminosas internacionais, e motivados por alguns fatores importantes.

É fato que as diferenças entre os diversos povos da África, unidos pelas “fronteiras artificiais” contribuem para o surgimento de um cenário de divergência no continente, e, nesse âmbito, há destaque para os conflitos de ordem religiosa, sobretudo o islamismo, ligados a redes internacionais, como a Al-Qaeda¹. Dentro dessa discussão, é importante ressaltar o artigo 2 das Convenções de Genebra de 1949, que afirma que os conflitos armados internacionais ocorrem quando duas ou mais “altas partes contratantes”, ou seja, os Estados, se enfrentam, seja em guerra declarada ou em qualquer situação de conflito, mesmo no caso de um beligerante não ser considerado Estado, como acontece com o conflito Israel/Palestina, e mesmo que o estado de guerra não tenha sido reconhecido por alguma dessas partes.

Além disso, existem fatores políticos, como a falta de legitimidade dos dirigentes de cada Estado, fatores militares, expressos no tráfico internacional de armamentos e no surgimento de milícias e de crianças-soldados, e fatores geopolíticos, decorrentes da divisão do continente e de “novos interesses hegemônicos ligados ao petróleo e à luta contra o terrorismo”².

Apesar de todas as hostilidades vividas na África e disseminadas pelo mundo afora por meio de canais midiáticos, os conflitos africanos têm aparecido com menos frequência nos noticiários. Nesse âmbito, há destaque para a União Africana, criada em 2002 para substituir a Organização da Unidade Africana (OUA) diante da incapacidade desta organização de estabelecer a integração da África, assegurando pleno desenvolvimento das nações e a paz no continente.

¹ HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Tradução de Constância Morel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 89.

² *Ibidem*, p. 92.

Desse modo, faz-se necessário entender qual é o papel da União Africana e se as suas iniciativas tem, de fato, contribuído efetivamente para o desenvolvimento da África e para a redução dos conflitos armados ou se essa contribuição é limitada e o continente africano ainda é palco de constantes guerras civis.

Assim, o primeiro capítulo da presente pesquisa descreve a escola teórica do Liberalismo institucional, suas bases encontradas no Liberalismo utópico e seus enfoques, abordando a temática da “interdependência complexa” e o papel das instituições internacionais nos conflitos armados. O segundo capítulo traça um panorama histórico do continente africano, discutindo marcos importantes, com o objetivo de analisar os fatos que influenciaram a tendência aos conflitos desde a colonização até a constituição da União Africana. Por fim, no terceiro capítulo, faz-se uma análise crítica sobre a atuação da UA na África nos âmbitos econômico, social e de segurança, mostrando certa dependência de outras instituições internacionais, como a ONU, além de expor alguns casos emblemáticos e de discutir a controvérsia do discurso do liberalismo institucional e a eficácia do papel da UA no continente africano.

1 LIBERALISMO

Uma das principais correntes teóricas do campo de estudo das Relações Internacionais (RI) é o liberalismo, protagonista do chamado primeiro debate da disciplina, juntamente com o realismo. Assim, no presente capítulo, serão apresentadas as principais bases para a consolidação do liberalismo das RI, desde as primeiras discussões decorrentes do Iluminismo. Posto isso, apresenta-se a corrente inicial, chamada de “liberalismo utópico” ou “liberalismo idealista”, cujos representantes são Norman Angell e Woodrow Wilson, além de ser abordada a evolução da tradição liberal para o “liberalismo institucional” ou “neoliberalismo”, com enfoque no paradigma da interdependência complexa, parte do terceiro debate das RI e representada, primordialmente, por Robert O. Keohane e Joseph Nye. Por fim, há uma explanação mais detalhada acerca das instituições internacionais, objetos principais de estudo do liberalismo institucional.

1.1 Origens do pensamento liberal

A corrente liberal, como é conhecida habitualmente, constitui-se de fontes e autores diversificados, abarcando discussões do campo filosófico, político e econômico, e é justamente por essa diversidade de vertentes que o pensamento liberal não se constitui como “um movimento específico de ideias”³. No âmbito das Relações Internacionais, a escola teórica conhecida como Liberalismo tem como antecedente o Iluminismo, um movimento que se desenvolveu no século XVIII, cujos pilares são: universalidade, individualidade e autonomia⁴, e que defendia primordialmente o uso da razão para o progresso ser alcançado nos mais diversos âmbitos. Possuidores da razão, os indivíduos a utilizariam para transformar a realidade e promover uma nova ordem mais justa na sociedade. Segundo Nogueira e Messari

“[...] os seres humanos são capazes, por intermédio do uso da razão, de definir seu destino de maneira autônoma. Em outras palavras, os indivíduos não dependem de forças extraterrenas (divinas) e de seus representantes (a Igreja) ou de senhores feudais ou monarcas para decidir como viver suas vidas neste mundo. Somos livres porque somos dotados da capacidade de decidir o que é bom e justo como indivíduos e membros de uma comunidade. O liberalismo

³ NAY, Olivier. História das ideias políticas. Tradução de Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 194.

⁴ BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: Das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2007. p. 315.

foi uma visão de mundo excepcionalmente inovadora para seu tempo, pois defendia a noção de que os seres humanos são, também, iguais na medida em que todos possuem, por natureza, a mesma capacidade de descobrir, compreender e decidir como alcançar a própria felicidade”⁵.

Desse modo, na visão liberal, o grande desafio da sociedade é estabelecer um meio em que os indivíduos sejam capazes de atuar no sentido de melhorar suas realidades vividas a partir da transformação da sociedade para um nível mais ordenado. Nesse sentido, surgiu a discussão acerca da necessidade de criar uma concepção mais livre do comércio, visto que “o comércio faria com que a troca passasse a representar o principal padrão de relacionamento entre países, substituindo progressivamente a guerra”⁶. Assim, com o passar do tempo, o mundo presenciaria um cenário de maior interdependência devido ao caráter livre do comércio, diminuindo a agressividade e aumentando a possibilidade de cooperação entre os países.

Acerca das primeiras ideias do pensamento liberal, é importante destacar as contribuições de alguns teóricos. John Locke, vivendo na época do Iluminismo e do surgimento do Estado moderno, desenvolveu seus estudos com base na premissa de que o progresso era possível na medida em que os Estados promovessem e garantissem a liberdade de cada indivíduo na sociedade. Assim, o Estado era visto, por Locke e por outros liberais, como uma “entidade constitucional que estabelece e impõe o estado de direito, que respeita os direitos dos cidadãos à vida, à liberdade e à propriedade”⁷. Apesar da existência do Estado, o autor afirma que são necessárias instituições específicas para manter e cumprir os princípios da liberdade, e, para isso, ele propõe a distinção entre os poderes legislativo, executivo e federativo⁸. Além disso, para Locke, ao contrário de Hobbes, o estado de natureza é visto como um estado de relativa paz e o contrato social seria uma espécie de acordo entre os indivíduos de uma sociedade, e esses dois fatores são consequências diretas da liberdade⁹.

Immanuel Kant também contribuiu para o desenvolvimento teórico do liberalismo ao escrever “A Paz Perpétua”, em que propõe artigos preliminares e

⁵ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 58.

⁶ *Ibidem*, p. 62.

⁷ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Tradução de Bárbara Duarte. Revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. p. 154.

⁸ NAY, Olivier, *op. cit.*, p. 199.

⁹ PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges. *História das ideias políticas*. Tradução de Regina Louro e António Viana. V.2. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 37.

definitivos para que a paz seja alcançada pelos povos. Kant acredita que os indivíduos, dotados da racionalidade, são capazes de estabelecerem, coletivamente, uma sociedade pacífica. Em seu primeiro artigo definitivo para a paz perpétua¹⁰, o autor defende a ideia de que uma nova forma de governo deve ser criada, baseada na “proteção dos direitos individuais, no estado de direito, na legitimidade do governo com base na representação e no consenso, na transparência e na publicidade nas decisões do Estado”¹¹. Esse novo mundo, elaborado por Kant, seria composto pelas chamadas repúblicas, ou seja, Estados democráticos que buscariam o respeito mútuo, e assim, seriam capazes de promover um sistema mais pacífico, sem o surgimento de situações beligerantes. Já no segundo artigo definitivo para a Paz Perpétua, Kant discute a elaboração de uma “federação da paz, que se distinguiria do pacto de paz, uma vez que este tentaria acabar com uma guerra, ao passo que aquele procuraria pôr fim a todas as guerras e para sempre”¹². Desse modo, a “federação da paz” deveria englobar todos os Estados, para que eles próprios pudessem agir em prol da garantia e da manutenção da paz perpétua.

O liberalismo econômico também exerceu forte influência no campo das RI com os estudos do economista Adam Smith, considerado o pai da moderna teoria econômica, que acreditava que o Estado era concebido para intervir na vida particular dos indivíduos e na vida pública no menor grau possível, afinal as sociedades modernas organizadas seriam capazes de se autorregular, e isso inclui a noção do livre-comércio¹³. Cabia ao Estado interferir na esfera governamental somente em alguns assuntos ponderados, como, por exemplo, prevenir a injustiça e a opressão ou incentivar a saúde pública.

Keynes também foi um estudioso da vertente liberal e foi o responsável pela revolução keynesiana, lançando as bases da macroeconomia¹⁴. Em sua principal obra, “As Consequências Econômicas da Paz”¹⁵, Keynes descreve o cenário próspero vivido

¹⁰ KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1795. p. 130.

¹¹ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 64.

¹² KANT, Immanuel, op. cit., p. 132.

¹³ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar, op. cit., p. 60.

¹⁴ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Da macroeconomia clássica à keynesiana*. São Paulo, 1968. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1968/68-98damacroclassicaakeynesiana.apostila.pdf>> Acesso em 20/03/2015.

¹⁵ KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

na Europa antes da Primeira Guerra Mundial justamente para defender a sua ideia de que eram necessários novos esforços para o retorno da situação de bonança e progresso econômico. O autor também analisa o comportamento das grandes potências na Conferência de Versalhes, em que certas punições foram impostas à Alemanha. Keynes considerou as medidas de punição severas e contra o direito internacional dos conflitos armados, além de demonstrar que, por se tratar do pagamento grandes indenizações, o país em questão iria à falência se permanecesse obrigado a cumprir com essa medida. Além disso, a noção de interdependência e a relação com a paz também está presente nos estudos realizados por Keynes, porém de forma superficial, temática que, posteriormente, seria explorada por Robert O. Keohane.

1.2 Liberalismo Utópico

Até o fim do século XIX, o pensamento liberal permeava as discussões dos estudiosos no âmbito da paz, do comércio e da democracia, porém, a primeira escola teórica das Relações Internacionais tem o seu marco na década de 1920, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. Nomeada, posteriormente, como liberalismo utópico, essa primeira corrente se iniciou nos Estados Unidos, quebrando a tradição europeia dos estudos de Relações Internacionais.

Dentre os grandes teóricos do liberalismo utópico está Norman Angell, que exerceu bastante influência na construção do pensamento liberal nas relações internacionais. Em sua principal obra, “A Grande Ilusão”, Angell propõe um estudo referindo-se à ilusão de que as potências tinham de que a expansão do território proporcionaria maior poder econômico. Conseqüentemente, acreditava-se na concepção de que a prosperidade e o bem-estar estavam destinados às nações que possuíssem poderio militar, afinal com essa força militar, os países imperialistas estariam em condições de dominar novos territórios, exercendo sua influência política.

Para demonstrar que essas ideias eram equivocadas, o autor inicia a obra descrevendo, de forma abrangente, diversos fatos que comprovam o caráter ilusório das concepções que permeavam os debates do período imperial. Para isso, Angell afirma que quando um país invade outro, a riqueza do conquistado permanece nas mãos de seus habitantes, que são donos legítimos da riqueza correspondente, e isso pode ser observado na invasão da Alsácia pela Alemanha, afinal o conflito não ocasionou ganhos

para os alemães¹⁶. Outra questão explorada pelo autor é a de que o progresso das nações não está ligado ao poder político e militar, analisando o caso de países “pequenos”, como Holanda, Noruega e Suíça. Angell constata que esses Estados são tão prósperos quanto os Estados mais expressivos e defensivos militarmente, como, por exemplo, a Inglaterra, confirmando que o poderio militar não é a garantia plena de uma situação de bem-estar, desenvolvimento e segurança de uma nação.

Além disso, Angell afirma que os países encontram-se interligados de tal forma que nenhum pode se apropriar do comércio do outro utilizando meios militares, e que a única forma de isso acontecer seria aniquilando a população do outro país, e se isso fosse possível, o aniquilador destruiria, conseqüentemente, o seu próprio comércio¹⁷. Outro fato é que se a invasão da Inglaterra pela Alemanha causasse a “ruína total” do império, a Alemanha teria o seu comércio e os seus interesses afetados devido à interdependência entre os países.

Ademais, Angell faz referência à teoria europeia defensora da ideia de que as nações não entram em guerra por motivos econômicos, mas sim pelo espírito de rivalidade e pelo desejo de se manter no poder¹⁸. Diante disso, o autor declara que a nação beligerante não mais acaba com o adversário, mas sim conquista o inimigo, e esse fato evidencia a diminuição do uso da força e dos armamentos, levando os Estados a um patamar inicial de “cooperação com base nas vantagens recíprocas”¹⁹.

No âmbito da superação dos cenários de guerra, Angell propõe uma reforma no sistema político, afirmando que, como os países se encontram em um determinado grau de interdependência, ou seja, laços cada vez mais fortes entre as negociações, deve-se prevalecer uma ordem mundial mais próspera e pacífica, sem a utilização de instrumentos militares, e sim por meio do diálogo. Desse modo, a proposta do autor está intimamente ligada à reeducação das massas sobre a nova racionalidade da interdependência²⁰, ou seja, é necessária a transformação da mentalidade humana no sentido de que os indivíduos sejam capazes de perceber que subjugar e impor suas ideias não os tornarão mais poderosos, e que essa mudança de pensamento deve atingir

¹⁶ ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 34.

¹⁷ Ibidem, p. 23.

¹⁸ Ibidem, p. 135.

¹⁹ Ibidem, p. 161.

²⁰ Ibidem, p. 355.

tanto o nível individual quando o nível do Estado, e, como consequência direta, deve atingir também a esfera internacional, alterando a dinâmica das interações entre os Estados soberanos.

Durante esse mesmo período, o então presidente norte-americano Woodrow Wilson teve um papel importante nos rumos que a comunidade internacional vinha traçando ao longo da história e foi uma figura importante para o desenvolvimento do liberalismo utópico. Defensor de valores democráticos liberais²¹ e da autodeterminação dos povos, e inspirado pela possibilidade de que essas prerrogativas seriam capazes de promover um rearranjo da dinâmica de poder em direção à paz entre as nações após o episódio da Primeira Guerra Mundial, Wilson foi o responsável por elaborar 14 princípios que foram apresentados no Congresso norte-americano em 1918, sendo divididos em duas categorias:

“Marcou oito pontos como obrigatórios, no sentido de que “tinham” de ser cumpridos. Entre eles a diplomacia aberta, a liberdade dos mares, o desarmamento geral, a remoção de barreiras comerciais, o acerto imparcial de reivindicações coloniais, a restauração da Bélgica, a evacuação do território russo e, joia da coroa, uma Liga das Nações. [...] Outras metas “desejáveis” eram autonomia para as minorias dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, o ajuste das fronteiras da Itália, a evacuação dos Bálcãs, a internacionalização dos Dardanelos e uma Polônia independente, com acesso ao mar”²².

Chamado de “idealismo wilsoniano”, essa primeira vertente do liberalismo também defendia a noção de que “uma associação geral de nações deve ser estabelecida com o propósito de garantir a interdependência política e a integridade territorial de grandes e pequenas nações de forma igualitária”²³. Nesse sentido, após a Primeira Guerra Mundial, ocorreu a Conferência de Paz de Paris, em 1919, marcada pela constituição da Liga das Nações (LDN), com sua sede em Genebra, que se tornou a concretização da associação geral de nações proposta por Woodrow Wilson, autor do pacto da LDN. Embora a ideia da organização tivesse partido dos EUA, o Congresso não aprovou a participação do país na LDN pelo caráter isolacionista de sua política externa.

²¹ Apud VASQUEZ, John A.. *Classics of International Relations*, 3rd edn. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2009. p.40. In JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg, op. cit., p. 64.

²² KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Tradução de Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo. Revisão técnica de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 199.

²³ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg, op. cit., p. 64.

A formação da LDN representou não só uma das primeiras entidades internacionais, criada com a finalidade de assegurar um cenário mundial pacífico abalado pelo conflito que se encerrava, a partir de ações diplomáticas, de diálogos e negociações, como também a expressão do pensamento liberal pautado na importância das instituições internacionais no estabelecimento da paz e de novas regras para o sistema internacional. Desse modo, é importante destacar a estrutura da LDN e alguns aspectos importantes apresentados na obra de Jackson e Sorensen.

“A Liga das Nações (1920-46) possuía três órgãos principais: o Conselho (quinze membros, tendo a França, o Reino Unido e a União Soviética como permanentes), que se reunia três vezes por ano; a Assembleia (todos os membros), com encontros anuais; e um Secretariado. Todas as decisões tinham de ter voto unânime. A filosofia subjacente da Liga era o princípio da segurança coletiva, segundo o qual a comunidade internacional tinha a obrigação de intervir em conflitos internacionais; os envolvidos em uma disputa também deveriam submeter suas queixas à Liga. O elemento central do acordo da Liga era o Artigo 16, que dava à organização o poder de instituir sanções econômicas ou militares contra um Estado recalcitrante. Em essência, no entanto, cada membro decidia se uma infração do acordo tinha ou não ocorrido e se as sanções deveriam ou não ser aplicadas”²⁴.

É importante salientar que, paralelamente à concepção da necessidade de uma instituição com o objetivo de estabelecer a paz mundial, as regiões da África e do Pacífico ainda permaneciam divididas em colônias entre um número pequeno de países, especificamente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão²⁵. Responsável por disseminar o contraste entre países “fortes e fracos”, essa divisão tinha uma justificativa econômica, afinal as colônias serviam para complementar as economias das metrópoles, além do fato de que as potências da época buscavam novos mercados e novas fontes de matéria-prima, com destaque para a África do Sul, considerado o maior país produtor de ouro e diamantes, instigando os interesses comerciais dos imperialistas nas regiões antes marginalizadas e negligenciadas²⁶.

Apesar dos esforços da LDN e de alguns êxitos ponderados no âmbito das lutas sociais pela melhoria das condições de trabalho e pelo apoio econômico dos países ricos aos pobres, a instituição fracassou em seu objetivo maior de manter a paz. A corrida

²⁴ Apud EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Dictionary of World Politics*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1992. p. 176. In JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg, op. cit., p. 68.

²⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Tradução de Sleni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 88.

²⁶ *Ibidem*, p. 97.

armamentista, iniciada na Alemanha e no Japão, e, decorrente disso, a Segunda Guerra Mundial foram eventos que mostraram que as nações não se submetiam, de fato, aos ideais da LDN.

Ainda assim, a LDN teve um papel preponderante ao revelar a importância das instituições internacionais e a concepção de que era necessária a formação de um organismo de abrangência internacional para conter situações de guerra. Desse modo, a LDN lançou as bases para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial.

1.3 Liberalismo institucional e o enfoque da interdependência complexa

Em face da ineficiência da LDN e do consequente evento da Segunda Guerra Mundial, a vertente utópica do liberalismo perdeu credibilidade, mostrando sua incapacidade de explicar o funcionamento da interação entre os atores internacionais e de propor mudanças para a consolidação da paz, voltando ao modo realista de entender as relações internacionais. É importante destacar que essa “desqualificação” da corrente do liberalismo utópico se deu, principalmente, pela teoria realista, que, após a Segunda Guerra Mundial, começou a dominar os debates de Relações Internacionais.

A partir da década de 1970, surgiu uma nova categoria de análise dentro da corrente teórica do liberalismo institucional baseada nas falhas do pensamento realista. Na ocasião, Robert O. Keohane e Joseph Nye desenvolveram um modelo liberal chamado de “interdependência complexa”²⁷. É importante destacar que, muitas vezes, essa vertente é vista como correspondente ao próprio liberalismo institucional, o que é um equívoco, afinal a “interdependência complexa” é uma das variantes da teoria institucional liberal. De acordo com essa categoria, ao contrário do realismo, existem outras entidades na comunidade internacional além dos Estados, afinal as organizações não-governamentais e as organizações internacionais estão cada vez mais importantes. Na visão da interdependência complexa, a agenda internacional é composta por variadas temáticas, sem uma ordem de prioridades, tais como meio ambiente, direitos humanos e educação, mostrando que o dilema de segurança não é mais uma preocupação única dos atores internacionais. Além disso, é importante notar o destaque que a categoria de Keohane e Nye faz no âmbito dos diferentes níveis de interdependência que se

²⁷ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3.ed. Nova York: Longman, 2001.

estabelecem, ou seja, relações que envolvem altos custos transnacionais, e que não necessariamente são simétricas, pois existem atores mais e menos dependentes. Ademais, a “interdependência complexa” surge para defender a ideia de que a cooperação é uma atividade que traz benefícios para os Estados soberanos, que estão inseridos em um cenário de constantes interações, e por isso, mesmo com o caráter anárquico do sistema internacional, os Estados optam por cooperar, pois a atividade de cooperação atende melhor os seus interesses²⁸.

Outra questão abordada pelos autores é acerca do sistema internacional, que é visto como uma mera interação entre as partes, sem avaliar o modo de organização dessas partes. Desse modo, os autores destacam as diferentes estruturas, como por exemplo, a estrutura de comércio internacional, concentrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), e estrutura de saúde, centralizada na Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir dessa configuração do sistema internacional, dividido em “estruturas”, observa-se a presença dos chamados “regimes internacionais”, que, segundo Krasner, são

“conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão implícitos e explícitos em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das Relações Internacionais e fornecem as estruturas nas quais as relações entre os Estados podem se organizar de maneira mais completa e equilibrada”²⁹.

Para Keohane e Nye, os regimes passam por significativas mudanças ao longo do tempo, com consequências marcantes para a política mundial. Assim, para compreender as razões pelas quais os regimes se alteram, os autores oferecem quatro modelos teóricos. A primeira explicação é baseada nas transformações tecnológicas e econômicas (economic process explanation). Nesse caso, devido à interdependência econômica, que tem se intensificado constantemente, os atores internacionais têm o interesse em cooperar para a criação de políticas interligadas de acordo com as novas demandas que surgem no campo econômico. O segundo modelo explica as mudanças dos regimes internacionais de acordo com a estrutura de poder global (overall power

²⁸ MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 58.

²⁹ Apud KRASNER, Stephen D. *International Regimes*. New York: Cornell University Press, 1983. In PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais temas, atores e visões*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 150.

structure), geralmente associado ao poder militar. Assim, os Estados mais poderosos ditam as regras mais facilmente, sem se submeterem às normas já existentes, e, por isso, afetam diretamente os Estados com menos recursos de poder. A terceira proposta tem o enfoque nas questões estruturais (issue structure), mostrando que somente os diferentes níveis de poder no sistema internacional não são capazes de fornecer uma explicação eficaz para as mudanças dos regimes, afinal o poder em determinada área temática não significa poder em outras áreas. Desse modo, cada estrutura de debate possui um Estado mais expressivo. Por fim, a quarta explicação adota a perspectiva das organizações internacionais (international organization model), que são entidades formais com o objetivo de delimitar as práticas e as discussões entre os Estados, e também representam os vínculos políticos entre os atores internacionais. Nesse contexto, Keohane e Nye defendem a noção de que é custoso e improvável extinguir e até mesmo modificar radicalmente as normas e instituições que já estão estabelecidas ³⁰.

Apesar de todas as especificações dos modelos explicativos para as mudanças dos regimes internacionais, os autores reconhecem que tais modelos são utilizados em situações distintas e são tentativas complementares ao realismo, afinal os neoliberais, como são categorizados, não negam a existência de situações em que o conflito é a única saída, mas eles acreditam que esses casos não podem ser generalizações do que ocorre, de fato, no cenário internacional³¹.

1.4 As instituições internacionais

De acordo com a teoria liberal institucional, o cenário internacional é composto pelos Estados, mas também há um crescente destaque para outros atores não estatais, como organismos multilaterais e organizações não-governamentais. Desse modo, um dos meios de se promover a paz mundial e a segurança internacional é através do estabelecimento de instituições internacionais, afinal essas instituições são responsáveis por intensificar as interações nos mais diversos âmbitos, não necessariamente só em questões de segurança. Assim, quanto mais interligados os Estados soberanos e mais interdependentes uns dos outros, mais chances de se chegar a uma resolução pacífica de conflitos, sem recorrer ao uso da força. Nesse sentido, segundo Jackson e Sorensen

³⁰ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S., op. cit., p. 47.

³¹ JERVIS, Robert. *Realismo, Neoliberalism and Cooperation*. International Security, vol. 24, No. 1 (Summer 1999), p. 42-63.

“Para os liberais institucionais, um alto nível de institucionalização reduz de forma significativa os efeitos desestabilizadores na anarquia multipolar identificada por Mearsheimer. As instituições compensam a falta de confiança entre os Estados, permitindo um fluxo de informação entre os membros, que, conseqüentemente, gera mais transparência às ações dos países e aos seus motivos. Dessa forma, as instituições ajuda a reduzir o medo mútuo entre os Estados membros. [...] As instituições ajudam a criar um ambiente para o desenvolvimento de uma paz estável”³².

A primeira tentativa de institucionalização da cooperação internacional foi a criação da LDN, ao fim da Primeira Guerra Mundial, que, posteriormente, deu origem à ONU, em 1945. A partir desse momento, sobretudo após o fim da Guerra Fria, observa-se o surgimento de diversas instituições internacionais com os mais diversos objetivos. Contrapondo à visão realista, que afirma que as instituições internacionais representam apenas os interesses dos Estados mais “poderosos”, o neoliberalismo defende a ideia de que essas instituições têm grande influência tanto no processo de política interna quanto externa, direcionando os Estados para a cooperação. Além disso, as instituições internacionais são capazes de proporcionar maior representação para os países em desenvolvimento.

A respeito da classificação das instituições internacionais, elas podem ser agrupadas de acordo com a natureza, ou seja, existem instituições políticas, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Africana (UA), que lidam com questões essencialmente conflitivas, e instituições técnicas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), responsáveis por assuntos relacionados à cooperação funcional. Há ainda a especificação das instituições de acordo com suas funções, como por exemplo, a função de aproximar os países membros, operacionalizar crises nacionais ou internacionais e prestar serviços aos Estados membros, como é o caso do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A terceira categoria de classificação é segundo a estrutura de poder, ou seja, existem instituições que adotam a unanimidade, o consenso ou o sistema de decisão por maioria. Por fim, as instituições internacionais podem ser

³² JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg, op. cit., p. 170.

universais, incluindo países de todos os continentes, ou regionais, como é o caso da UA e da OEA³³.

No âmbito das instituições internacionais regionais, o fenômeno do regionalismo ganha atenção por possibilitar a integração de determinada região. Segundo Mônica Herz e Andrea Ribeiro Hoffmann³⁴, o regionalismo teve sua primeira “onda” com o fim da Segunda Guerra Mundial. As instituições regionais criadas nesse período, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization – OTAN) e a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (The Southeast Asia Treaty Organization – SEATO), tinham caráter essencialmente estratégico, com as preocupações centradas na segurança internacional. Já a segunda expressão do regionalismo ocorreu com o fim da Guerra Fria e foi pautada no papel que as instituições regionais tinham na inserção econômica internacional. Assim, a segurança internacional já não era a principal questão a ser considerada, englobando assuntos a respeito dos direitos humanos, meio ambiente, comércio internacional, entre outros.

Desse modo, é importante salientar que o regionalismo ocorreu em todos os continentes, cada um com suas especificidades, e, assim, no capítulo seguinte, é explorada a temática do regionalismo africano, abordando a história da África, desde o período colonial até os eventos que deram origem à criação da União Africana.

³³ SEINTENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Editora do Advogado, 2008. p. 54.

³⁴ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R.. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA ÁFRICA

Por diferenciações de ordem cultural, étnica e física, o continente africano é conhecido pela divisão em duas regiões distintas e peculiares, a África do Norte e a África Subsaariana. A primeira, também chamada de África Branca devido à influência árabe na região em termos de práticas culturais, idioma e religião, é formada por Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia e apresenta “melhores condições sociais, econômicas e geopolíticas”³⁵. A segunda, chamada de África Negra e dividida em África Ocidental, Central, Oriental e Meridional, abriga a maior parte dos países africanos e é marcada pela extrema pobreza, à exceção da África do Sul.

Durante o processo de ocupação da África, nos séculos VII e VIII, os negros, cuja pátria era a África, segundo Crummell³⁶, eram o meio pelo qual as potências da época ascendiam novos horizontes em termos de dominação e a ocupação do continente africano para a exploração imperial. Assim, o continente africano foi palco da escravidão, conduzida por árabes e europeus, que capturaram e transferiram cerca de 15 milhões de africanos³⁷.

Sabe-se que a atual configuração da África é resultado de um processo que se iniciou na época colonial, e, para efeitos de pesquisa, é importante destacar alguns dos principais eventos que tiveram profundo impacto durante esse período. Desse modo, a pesquisa inicia-se com uma abordagem histórica, apresentando as raízes coloniais, que foram consequências diretas da prática do imperialismo europeu no continente, além do fenômeno do pan-africanismo, que inspirou a busca da descolonização africana que marcou a década de 1960. Por fim, tem-se a discussão acerca da União Africana, entidade com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, político e social da África.

2.1 A África colonial

Até o início do século XIX, somente Portugal, que iniciou sua colonização na África ainda na era das Grandes Navegações em busca de novas rotas de comércio pelo mundo, possuía colônias africanas, especificamente em Angola e Moçambique. A

³⁵ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *África: Terra, sociedades e conflitos*. São Paulo: Editora Moderna, 2004. p. 49.

³⁶ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 22.

³⁷ MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 318.

corrida imperialista, travada entre as potências europeias da época, e a Revolução Industrial fizeram com que a África se tornasse um novo atrativo, intensificado pelo fato de constituir um continente pouco explorado em termos de matérias-primas minerais e vegetais, além do interesse em se criar um novo mercado consumidor africano para os novos produtos industriais.

Inspirados por uma “missão civilizatória” dos brancos em relação aos povos da África e Ásia, os colonizadores brancos europeus exerceram sua supremacia ao subjugar as consideradas “raças inferiores”, não respeitando a cultura nem as diferenças tribais desses povos. A respeito desse papel civilizador do branco, Jules Harmand afirma que

É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida que o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superior, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não simplesmente nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral. Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade. O poder material é apenas um meio para esse fim³⁸.

Para implementar as ideias de civilização nas populações da África, representantes da França, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia se reuniram na Conferência de Berlim, em 1884, organizada pelo primeiro ministro da Alemanha Otto von Bismarck. Na ocasião, foi estabelecida uma ação conjunta na África e as linhas gerais da divisão do continente, que são expressas na Ata da conferência internacional, apresentando os seguintes pontos que foram adotados³⁹:

1º - Uma declaração referente à liberdade do comércio na Bacia do Congo, em suas embocaduras e países circunvizinhos, com algumas disposições conexas;

2º - Uma declaração concernente ao tráfico dos escravos e às operações que, por terra ou por mar, forneçam escravos para tráfico;

3º - Uma declaração referente à neutralidade dos territórios compreendidos na bacia convencional do Congo;

4º - Uma Ata de Navegação do Congo, que levando em conta circunstâncias locais estende a esse rio, e seus afluentes e às águas que lhes são assimiladas os princípios gerais enunciados nos artigos 108 e 116 da Ata final do Congresso de Viena e destinados a regular entre as potências

³⁸ Apud SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 48. In MAGNOLI, Demétrio, op. cit., p. 321.

³⁹ General Act of the Berlin Conference on West Africa, 26 February 1885. Disponível em: <<http://africanhistory.about.com/od-eracolonialism/l/bl-BerlinAct1885.htm>>. Acesso em: 18/04/2014.

signatárias dessa Ata, a livre navegação dos cursos de água navegáveis que separam ou atravessam vários Estados, princípios convencionalmente aplicados depois a rios da Europa e da América, e notadamente ao Danúbio, com as modificações previstas pelos tratados de Paris de 1856, de Berlim de 1878, e de Londres de 1871 e de 1883;

5° - uma Ata de Navegação do Níger que, tomando-se igualmente em conta as circunstâncias locais, estende a esse rio e seus afluentes os mesmos princípios inscritos nos artigos 108 a 116 da Ata final do Congresso de Viena;

6° - Uma declaração introduzindo, nos relatórios internacionais, regras uniformes referentes às ocupações que poderão no futuro realizar-se nas costas do continente africano.

A partir disso, as potências europeias dividiram entre si as regiões da África e da Ásia tal como uma colcha de retalho, criando novas regiões nos territórios em questão. Os limites fronteiriços foram traçados sobre o espaço geográfico da África com base em meridianos, paralelos e limites dos rios presentes no território pouco conhecido, desconsiderando as diversas etnias, culturas e as divisões das populações locais, que em grande parte foram separadas pela memória das guerras tribais ligadas à captura e comercialização de escravos⁴⁰.

De modo geral, durante o período colonial, o sistema de exploração europeia tinha em seu âmago o princípio de extrair o máximo das terras conquistadas, contando com atividades mineradoras de ouro e de cobre. Mas algumas particularidades na atuação de cada potência em suas possessões africanas devem ser consideradas.

⁴⁰ MAGNOLI, Demétrio, op. cit., p. 320.

citados constituíam realidades muito diferenciadas, tanto na questão geográfica quanto na questão cultural, a França teve de implantar um sistema político estratégico para manter a coesão das diferentes colônias, destacando a ação da organização militar, especialmente a autoridade do exército, que durante muito tempo, controlou e administrou as novas possessões. Outro aspecto importante é a religiosidade cristã, levada pelos missionários até a África Negra francesa, cuja influência não foi tão marcante quanto nos territórios belgas, mas causou impactos no que diz respeito à luta contra as tradições africanas, vistas como diabólicas⁴⁴. Desse modo, o islã, considerado um meio para os negros alcançarem a civilização e um incontestável viés cultural, foi praticamente extinto da parte Sul da África. O ensino escolar seguia as linhas gerais do ensino francês, ignorando a história e a cultura africanas autênticas, além da proibição dos idiomas africanos nos estabelecimentos estudantis.

Os britânicos conseguiram estabelecer sua dominação ao longo dos territórios da África tropical, especialmente Nigéria, Costa do Ouro (atual Gana), Gâmbia, Serra Leoa, Quênia, Tanganica (atual Tanzânia), Niassalândia (atual Malawi), Uganda, Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e África do Sul⁴⁵. Assim como as outras potências europeias, a Inglaterra não havia definido uma política estratégica específica para ocupar os territórios africanos, porém, a política colonial britânica seguiu certas diretrizes em direção à prática da administração indireta, defendendo a autonomia administrativa, em que a Inglaterra controlava as diferentes e diversas populações através das instituições já presentes nos territórios africanos e da cooperação com os chefes locais. Desse modo, a potência em questão não fazia interferências diretas na realidade de suas colônias, salvo em certos setores técnicos (saúde, agricultura, transportes)⁴⁶. Nesse contexto, os missionários também tiveram uma atuação de destaque, visto que a Church Missionary Society fundou, em 1827, a primeira instituição universitária de Furah Bay (Freetown)⁴⁷, cuja estrutura do ensino era a mesma que na Inglaterra, porém o conteúdo abarcava aspectos adaptados à África, com a predominância da língua materna dos estudantes, sem a necessidade da descaracterização dos indivíduos em relação às suas próprias origens.

⁴⁴ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 116.

⁴⁵ BOAHEN, Albert A. (editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 437.

⁴⁶ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 122.

⁴⁷ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 114.

Apesar de ter entrado na corrida imperialista posteriormente por causa da unificação política tardia, a Alemanha conseguiu controlar alguns territórios menos extensos e menos ricos, tais como o sudoeste africano, que era constituído basicamente por grandes áreas desérticas Camarões, Togo e a África Oriental (atual Tanzânia)⁴⁸ e estava decidida a retirar o maior benefício possível das terras conquistadas. As principais atividades dos colonizadores era a exploração de sisal, amendoim, algodão, café e ouro. Com a derrota na Primeira Guerra Mundial, o império colonial alemão sofreu duras sanções. Em 1919, iniciaram-se as reuniões da Conferência de Paz, em Versalhes, que determinaram certas condições à Alemanha, como redução de seu exército e de seu arsenal militar, pagamento de indenização às vítimas da guerra, além da perda de suas colônias após a assinatura do Tratado de Versalhes⁴⁹.

Os portugueses iniciaram a conquista da África pelas Ilhas Canárias, no século XIV, e em 1415, houve a ocupação da cidade de Ceuta. Motivados pela lógica do imperialismo, Portugal controlava Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé. De modo geral, o processo de colonização desses territórios foi bastante semelhante aos feitos das demais potências, marcado pelo atraso econômico, social e cultural, racismo sob o discurso pretencioso de nacionalizar e civilizar os negros e o trabalho forçado, principal motor da economia.

A Bélgica tomou posse do território congolês, hoje representado pela República Democrática do Congo, que foi colônia privada do rei Leopoldo⁵⁰, e em 1894, o Estado Independente do Congo foi cedido à Bélgica, que também havia se apropriado de Ruanda. A Itália também atuou nesse período colonial, embora tardiamente, conquistando a Líbia, Eritreia e a chamada Somália Italiana. Desse modo, a África só contava com quatro Estados independentes: África do Sul, Egito, Etiópia e Libéria.

Apesar da crença de que, no período colonial, a África era um continente enfraquecido em vários aspectos, inclusive politicamente, cujos habitantes eram reduzidos a simples valores quantitativos para a escravidão, a invasão dos colonizadores nos territórios africanos não ocorreu de forma pacífica, afinal os imperialistas da época tiveram que enfrentar diversos movimentos de resistência, liderados por africanos que, de fato, já tinham a noção de que esse processo de dominação estrangeira acabaria por

⁴⁸ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 131.

⁴⁹ THE VERSAILLES TREATY JUNE 28, 1919. Yale Law School. The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/subject_menus/versailles_menu.asp>. Acesso em: 18/04/2014.

⁵⁰ MAGNOLI, Demétrio, op. cit., p. 322.

ameaçar e interferir negativamente as identidades culturais dos povos africanos e suas peculiaridades. Contudo, existe o consenso entre os povos africanos de que o período colonial foi considerado como “o tempo da força”, ou seja, foi através da força, da coerção e da violência física que o regime colonial foi imposto⁵¹.

2.2 O movimento pan-africano

O movimento pan-africano é visto, primordialmente, como uma expressão anticolonial, afinal defende a independência dos povos africanos em relação aos colonizadores, além de lançar a concepção da necessidade de uma unidade política das nações africanas. Tendo suas raízes na solidariedade entre os negros descendentes de africanos residentes nas Antilhas Britânicas e nos Estados Unidos⁵² devido à ideia de uma raça comum, o pan-africanismo é comparado ao sionismo, ou seja, nos dois movimentos pressupõe-se “que um “povo”, os negros ou os judeus, tenha como base para uma vida política comum o fato de pertencer a uma única raça.”⁵³.

Alguns teóricos percussores do movimento desenvolveram certas iniciativas para defender a população negra, dentre eles Marcus Garvey. Seguidor de tradições religiosas protestantes e fundador da “Universal Negro Improvement Association” e da “African Orthodox Church”⁵⁴, Garvey defendia a união dos povos negros e a regressão desses à sua pátria, ou seja, à África.

A partir dos anos de 1900, o pan-africanismo ganha notoriedade em razão da atuação do norte-americano W. E. Burghardt du Bois, considerado o pai do movimento⁵⁵. Nesse período, os Estados Unidos presenciaram a máxima expressão da comunidade negra contra a segregação racial vivida no país. Apesar de legalmente obterem os mesmos direitos dos demais habitantes do país, os negros ainda continuavam à margem da vida política e com uma série de restrições cotidianas. Desse modo, Du Bois é influenciado por esse cenário de carência de igualdade racial e tem seus feitos baseados na superação desse dilema.

Entre 1919 e 1945, Du Bois organizou uma série de congressos pan-africanos, que foram, pouco a pouco, mostrando à comunidade internacional a necessidade de

⁵¹ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 86.

⁵² DECRAENE, Philippe. *O Pan-Africanismo*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. p. 13.

⁵³ APPIAH, Kwame Anthony, op. cit., p. 38.

⁵⁴ DECRAENE, Philippe, op. cit., p. 18.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 15.

maior atenção aos povos negros e ao continente africano. Assim, no IV Congresso Pan-Africano, realizado em Nova York no ano de 1927, determinou-se o “direito dos negros à terra da África, a seus recursos; o direito à justiça adaptada às condições locais com juízes africanos; o ensino primário gratuito e o desenvolvimento do ensino técnico”⁵⁶. Com o V Congresso Pan-Africano, houve uma intensa aproximação entre líderes africanos de língua inglesa e francesa, fato que proporcionou o acontecimento de diversas conferências africanas a partir de 1958.

A Conferência dos Estados Africanos foi realizada em três momentos distintos, nas cidades de Acra (1958), Monróvia (1959) e Adis-Abeba (1960), e foram sugeridas algumas medidas, tais como a criação de uma organização permanente dos Estados Africanos Independentes para tratar da política externa e a constituição de uma frente comum africana no âmbito das Nações Unidas⁵⁷. Também foram defendidos o reforço da unidade dos países africanos e o direito à autodeterminação dos territórios até então coloniais. Na ocasião da terceira Conferência, o imperador da Etiópia, Hailé Selassié, iniciou o encontro proferindo a seguinte frase que denotava a consciência da situação africana: “os povos africanos só conhecerão o seu pleno desenvolvimento no dia em que cada um dentre eles houver conquistado a independência e a liberdade totais”⁵⁸.

Há destaque para a Conferência dos Povos Africanos, reuniões em Acra (1958), Tunes (1960) e Cairo (1961), que tratava de temas comuns africanos, como colonialismo, imperialismo, racismo e tribalismo, além de propor o ajustamento das fronteiras artificiais e de aprovar o “recurso à força para liquidar o imperialismo”⁵⁹.

Desse modo, iluminados pelo modelo das treze colônias americanas que, integradas, formaram os Estados Unidos da América, é possível observar as muitas tentativas iniciais dos líderes africanos de se estabelecer de fato uma integração para o continente africano, apesar de, em 1923, o pan-africanismo ser considerado “mais uma ideia do que um fato”⁶⁰ por Du Bois.

2.3. O nacionalismo africano e o processo de descolonização

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, as potências europeias encontravam-se devastadas. Construções demolidas, milhões de mortos, incluindo civis e militares, e

⁵⁶ CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 76.

⁵⁷ DECRAENE, Philippe, op. cit., p. 56.

⁵⁸ Ibidem, p. 65.

⁵⁹ Ibidem, p. 67.

⁶⁰ CASTRO, Therezinha de, op. cit., p. 75.

elevada dívida pública. Diante desse cenário, o controle sobre as colônias africanas e asiáticas foi enfraquecido, dando abertura para que os movimentos de independência, inspirados pelo sentimento nacionalista, pudessem surgir em busca da libertação africana. Além disso, com a decadência da Europa, os Estados Unidos e a União Soviética surgiram como as duas grandes novas potências, que mais tarde, protagonizaram o sistema bipolar da Guerra Fria. Ambos expressavam discursos favoráveis às iniciativas de descolonização tanto na África quanto na Ásia, intervindo direta ou indiretamente nos conflitos regionais que ocorriam nas possessões africanas até então, mas, por trás dessa política anticolonial, havia um grande interesse das duas novas potências em ampliar suas áreas de influência pelo mundo.

Na África, a descolonização teve sua máxima expressão a partir da década de 60, com o desaparecimento dos impérios britânico e francês⁶¹. O nacionalismo africano ganhou força, principalmente, com a atuação de algumas categorias, tais como os sindicatos⁶², que proferiam seus discursos com base nos ideais de rompimento da dependência das metrópoles europeias, e a partir dessa perspectiva, seria possível lançar as bases para a criação do chamado Terceiro Mundo.

Inicialmente, os sindicatos africanos eram encontrados em quantidades reduzidas. De fato, essas organizações tinham como prerrogativa a necessidade de adequação das leis sindicais, como por exemplo, a determinação de uma quantidade de horas de trabalho por semana e férias remuneradas, mas é importante notar que os sindicatos proporcionavam discussões muito mais profundas e embasadas, que incluíam debates a respeito do regime trabalhista, mas também da própria conscientização da condição que os africanos representavam perante os colonos europeus.

Nesse período, as igrejas também ganharam destaque na propagação do nacionalismo no continente africano, visto que as organizações religiosas, com suas bases europeias e norte-americanas, foram passando por modificações substanciais para dar lugar a uma espécie de profetismo e messianismo propriamente africanos com o objetivo de promover certas mudanças culturais e sociais. Assim, os “deuses” da aldeia ou da família, com caráter territorialmente limitado, cediam o seu lugar a uma igreja universal, introduzindo entre os próprios africanos um imenso princípio de integração⁶³.

⁶¹ MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Atual, 2008. p. 126.

⁶² KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 165.

⁶³ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 171.

Outra instituição de destaque no âmbito do nacionalismo africano que estimulou a descolonização é o partido político, que conseguem maior visibilidade a partir de certa diminuição dos poderes dos chefes oficiais, visto que houve considerável queda nas noções de hierarquia das relações entre os indivíduos, decorrente da mobilidade social. Desse modo, segundo Ki-Zerbo, os partidos políticos surgiram dentro de uma lógica colonial e eram divididos em partidos de notáveis⁶⁴, que eram liderados por indivíduos possuidores de altas condições sociais e econômicas e que pretendiam exercer maior controle democrático em relação à população, partidos de massa, que defendiam não o controle, mas sim a participação popular, e partidos de quadro, que eram os menos expressivos e que “são aqueles em que o nível de instrução dos aderentes está acima da base popular”.

Em 1955, na ilha de Java, na Indonésia, 29 países da Ásia e da África se reuniram na chamada Conferência de Bandung⁶⁵, com o objetivo de discutir medidas comuns a serem tomadas no intuito de preservar a independência e estabelecer uma política de cooperação entre esse terceiro grupo de Estados, que, na época, ficou conhecido como Terceiro Mundo. Além disso, a posição tomada por esses países foi a de não-alinhamento com os Estados Unidos nem com a União Soviética, justamente para fortalecer o objetivo de constituir uma alternativa diferente de inserção internacional, caracterizada pela autonomia dos países africanos na condução das políticas em assuntos de caráter internacional. Com base nos ideais defendidos na conferência, os colonizados afro-asiáticos aspiravam ao reconhecimento da autonomia pelas antigas potências.

O processo de transição da situação colonial para a independência ocorreu de forma variada. O primeiro caminho para a descolonização era baseado nas negociações pacíficas e na retirada voluntária da potência colonial⁶⁶, com destaque para a independência de diversas colônias francesas na África Subsaariana e britânicas. O segundo caminho era baseado em confrontos armados conduzidos por movimentos de libertação das colônias, e tal caminho foi seguido pela Argélia, que iniciou sua transição em 1954, com a liderança da Frente de Libertação Nacional (FLN)⁶⁷, que conseguiu juntar organizações nacionalistas, camponesas e grupos urbanos para a luta armada, que

⁶⁴ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 178.

⁶⁵ SARAIVA, José F. S. (organizador). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 221.

⁶⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Atual, 2008. p. 127.

⁶⁷ SARAIVA, José F. S. (organizador), op. cit., p. 227.

resultou no reconhecimento, por parte da França, da independência argelina em 1961. Outro caso emblemático violento foi o Congo Belga, com destaque para Patrice Lumumba pelos seus discursos fervorosos contra a exploração colonial e por representar o pan-africanismo. O movimento separatista do Congo teve início em 1955, quando uma associação cultural chamada Abako⁶⁸ se transformou num meio do protesto anticolonial, espalhando o sentimento nacionalista por toda a comunidade. Desse modo, o Movimento Nacional Congolês, cujo co-fundador foi Lumumba, teve um papel expressivo, tornando-se a maior força do nacionalismo congolês. Assim, após diversas manifestações com apoio popular, o território obteve sua independência formal da metrópole, no caso, a Bélgica, em 1960, apesar de, nos anos seguintes, ser palco de diversos conflitos internos com objetivos separatistas.

Apesar da inegável importância do reconhecimento da independência dos países africanos, atualmente, o território africano encontra-se dividido em diversas unidades político-administrativas compostas por diferentes grupos étnicos, que, inevitavelmente, são protagonistas de constantes guerras civis. Além disso, de modo geral, a África possui elevada dependência econômica em relação aos países desenvolvidos, devido a alguns fatores importantes. A agricultura na África tem um caráter duplo, sendo constituída ao mesmo tempo para a subsistência e para a exportação⁶⁹, porém, sofre com a baixa fertilidade do solo, longas secas, irregularidade das precipitações e também por doenças. O comércio também tem um papel preponderante no que se refere às dificuldades vividas pela África. O comércio interno do continente ainda é limitado e, quando se analisa o comércio com outras partes do mundo, nota-se a deterioração dos termos da troca entre os países africanos e seus parceiros⁷⁰, afinal o forte do continente africano é a exportação de matérias-primas, que possuem baixo valor agregado, ao passo que é necessária a importação de bens de produção e de produtos manufaturados com alto valor. Outro fator de destaque é o fato de que as estruturas de poder dos Estados africanos independentes não surgiram de processos democráticos, resultando em sucessivos golpes de Estado. Além disso, o continente, sobretudo os negros, vistos como mão-de-obra, vive uma intensa realidade de miséria, pobreza, fome e epidemias, e

⁶⁸ WIESE, Bernd M. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/132363/Democratic-Republic-of-the-Congo-DRC/40813/Belgian-paternalism-and-the-politics-of-decolonization#ref467771>>. Acesso em 18/04/2014.

⁶⁹ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 354.

⁷⁰ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 362.

todo esse cenário nada mais é do que a expressão dos efeitos de dominação no período colonial.

2.4 Da Organização da Unidade Africana à União Africana

Inspirados pelo movimento pan-africanista, cujo pressuposto é a constituição de uma unidade política natural do povo da África⁷¹, e pelas várias tentativas de integração política do continente africano notadas após a independência de grande parte dos Estados africanos, a ideia do pan-africanismo foi concretizada na criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, que, posteriormente, recebeu uma nova denominação, a União Africana (UA).

Com o intenso movimento de ruptura com o colonialismo, levando à independência de muitos dos Estados africanos, sobretudo na década de 1960, a África enfrentou sérios problemas de instabilidade interna, visto que grande parte da África Subsaariana foi cenário de conflitos étnicos devido à configuração das fronteiras delimitadas pelas potências europeias durante o período colonial, que continuaram a dividir o continente africano, ignorando a diversidade dos povos nacionais. Desse modo, o projeto pan-africanista ficou em segundo plano para alguns países africanos, afinal os chefes de Estado consideravam primordial resolver os desafios dos constantes conflitos internos e manter a segurança nacional no período pós-Segunda Guerra Mundial. É importante salientar que, durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética emergiram como as principais potências do chamado sistema bipolar, em que ambos buscavam influenciar os demais territórios, incluindo a África, estabelecendo o neocolonialismo e conseguindo seguidores africanos. A partir dessas questões que, de certa forma, redesenham o cenário internacional, os países africanos dividiram-se em dois grupos. O primeiro, chamado de Casablanca⁷² e conhecido pelo seu caráter revolucionário, era composto por Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e Argélia, e, baseados nos preceitos do pan-africanismo e do socialismo, defendiam uma união política africana forte e centralizada, além de meios comuns de segurança e defesa. Já as antigas colônias africanas, juntamente com Nigéria, Etiópia, Libéria e Serra Leoa constituíam o Grupo de Monróvia, vistos como conservadores, que, com receio de certos Estados se tornassem mais poderosos, influentes e capazes de interferir na vida

⁷¹ APPIAH, Kwame Anthony, op. cit., p. 22.

⁷² MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe (editores). *História geral da África. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 876.

política doméstica, defendiam, sobretudo, o respeito à soberania de cada nação, além de uma confederação “maleável” de Estados africanos, soberanos e independentes⁷³, que deveriam utilizar instrumentos de cooperação para alcançar maior integração continental.

Após engajados debates entre os representantes dos Estados africanos, que compunham os dois blocos citados, acerca das diretrizes que seriam tomadas para se alcançar um agrupamento político e econômico africano, foi realizada uma nova conferência dos Estados Africanos Independentes, no ano de 1963, em Adis Abeba, dando origem à Organização da Unidade Africana (OUA), mostrando uma nova África, capaz de se unir para a constituição da integração do continente, em prol da defesa da identidade africana, do pan-africanismo, de uma própria política econômica. Nessa ocasião, os chefes de Estado e de governo de Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Léopoldville, Costa do Marfim, Dahomey, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika, Tchade e Tunísia⁷⁴ assinaram a Carta da Organização da Unidade Africana em 25 de maio de 1963.

Agora institucionalizada, a OUA, no artigo 2 de sua carta de constituição, tinha como objetivos⁷⁵ promover a unidade e solidariedade entre os Estados Africanos; coordenar e intensificar a cooperação e os esforços para alcançar o bem-estar dos povos da África; defender a soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados africanos; erradicar todas as formas de colonialismo da África; promover a cooperação internacional, levando em consideração a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com a criação da OUA, que englobava os Estados africanos, Madagascar e outras ilhas vizinhas da África, pretendia-se harmonizar as políticas dos Estados-membros e atribuir a responsabilidade de estabelecer a cooperação em diversos âmbitos, tais como economia, transportes, comunicações, educação, saúde, saneamento, desenvolvimento técnico e científico, além de defesa e segurança. O quadro administrativo da OUA era dividido em: Assembleia dos Chefes de Estado e de

⁷³ MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe (editores), op. cit., p. 876.

⁷⁴ Ibidem, p. 903.

⁷⁵ CHARTER OF THE ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY, 479 U.N.T.S. 39, entered into force Sept, 1963. University of Minnesota: Human Rights Library. Disponível em: <http://www1.umn.edu/humanrts/africa/OAU_Charter_1993.html>. Acesso em 16/04/2014.

governo, órgão supremo da organização, que se reunia anualmente e era responsável pela tomada de decisões sobre o processo de integração e a condução das políticas decididas, Conselho de Ministros, que se reunia duas vezes por ano e era responsável por preparar os encontros dos chefes de Estado e assegurar a continuidade de suas decisões⁷⁶, Secretariado, chefiado por um Secretário-Geral, e Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem. Além disso, a OUA possui comissões especializadas por temas, tais como a Comissão Econômica e Social, Comissão de Educação e Cultura, Comissão de Defesa, Comissão Científica e Comissão Técnica e de Pesquisa.

A respeito do processo unificador da África, Edward W. Blyen⁷⁷ afirmou que

A promoção dos africanos deve ser realizada por métodos que lhes sejam próprios. Eles devem possuir um potencial distinto do potencial dos europeus [...] Devemos mostrar que somos capazes de avançar sozinhos, de abrir o nosso próprio caminho [...].

A atuação da OUA ganha destaque quando se analisa seus esforços para a propagação das ideias pan-africanistas de criar uma verdadeira unidade africana e libertar os povos africanos da colonização. Nesse âmbito, é importante ressaltar que o movimento de descolonização foi apoiado, em grande parte, pelo Comitê Africano de Libertação da OUA, que era responsável pela estratégia global do combate anticolonialista⁷⁸, além do papel expressivo da OUA para proclamar o fim do sistema do Apartheid, em 1994, que ainda era presenciado na África do Sul, fazendo com que essa prática fosse categorizada como crime contra a humanidade⁷⁹ pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1993, a OUA criou o Mecanismo de Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos como forma de exercer um papel mais ativo no que diz respeito aos conflitos internos. Nesse contexto, o mecanismo citado facilitou a intervenção da OUA em diversos conflitos, além de ter promovido operações de paz em cinco países: Ruanda (Neutral Military Observer Group – NMOG I e II), Burundi (Observer Mission in Burundi – OMIB), Comores (Observer Mission in Comoros – OMIC I, II e III),

⁷⁶ MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe (editores), op. cit., p. 905.

⁷⁷ BLYEN, Edward W., apud KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 387.

⁷⁸ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 408.

⁷⁹ INTERNATIONAL CONVENTION ON THE SUPPRESSION AND PUNISHMENT OF THE CRIME OF APARTHEID. United Nations General Assembly, New York, 30 November 1973. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/res/3068\(XXVIII\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/res/3068(XXVIII))>. Acesso em 20/04/2014.

República Democrática do Congo (Joint Military Commission – JMC) e nas fronteiras entre Etiópia e Eritreia (OUA Liaison Mission in Ethiopia-Eritrea)⁸⁰.

Apesar de ser considerada como uma tentativa positiva de autodeterminação dos povos, de integração do continente e de instauração de uma neocivilização africana autônoma, criadora e progressiva⁸¹, a OUA demonstrou alguns problemas de gerência. Inicialmente, em detrimento da manutenção das fronteiras estabelecidas pelas potências europeias no período colonial, os conflitos internos ainda eram uma realidade, como por exemplo, em Ruanda, Burundi, Somália, Etiópia e Quênia⁸². Nesse cenário, pelo fato de a OUA possuir caráter consensual, sem mecanismos de punição para os beligerantes e por seguir o princípio de não-interferência nos assuntos internos de cada país, a organização muitas vezes ignorou, de certa forma, diversas guerras civis, inclusive a situação de Zaire, renomeado de República Democrática do Congo (RDC), que provocou a morte de milhões de pessoas, além da violência na Serra Leoa e das atrocidades no Sudão.

Diante da incapacidade da OUA de estabelecer, de fato, uma integração do continente africano, assegurando o pleno desenvolvimento das nações e a paz, viu-se a necessidade de criar uma nova forma de integração da África, além de configurar um novo papel fundamental no plano internacional. Em 1999, os chefes de Estado e de governo se reuniram na chamada Sessão Extraordinária de Sirte para promover a criação da União Africana (UA), a nova organização que sucederia a OUA. Em 2000, na cidade de Lomé, foi realizada a Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Assembleia da OUA, cujo momento foi marcado pela adoção do Ato Constitutivo da União Africana. Em 2001, os líderes da OUA se reuniram em Lusaka, na Zâmbia, para discutir e definir os mecanismos de implementação da UA e, finalmente em 2002, na cidade sul-africana Durban, houve a sessão de inauguração da UA⁸³.

Os objetivos da UA, definidos pelo Ato Constitutivo e baseados na carta de constituição da antiga OUA, são⁸⁴:

- a) Obter maior unidade e solidariedade entre os países africanos e os povos da África;

⁸⁰ CILLIERS, Jakkie e MALAN, Mark Malan. *Progress with the African Standby Force* p.1. Pretória, Institute for Security Studies, ISS Paper 98, maio de 2005.

⁸¹ KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 381.

⁸² KI-ZERBO, Joseph, op. cit., p. 404.

⁸³ AFRICAN UNION. Disponível em: <<http://www.au.int/en/>>. Acesso em: 12/04/2014.

⁸⁴ CONSTITUTIF ACT OF AFRICAN UNION. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf>. Acesso em 16/04/2014.

- b) Defender a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados-membros;
- c) Acelerar a integração política e socioeconômica do continente;
- d) Promover e defender posições comuns africanas sobre questões de interesse para o continente e seus povos;
- e) Incentivar a cooperação internacional, tendo em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- f) Promover a paz, segurança e estabilidade no continente;
- g) Promover princípios e instituições democráticas, a participação popular e a boa governança;
- h) Promover e proteger os povos e os direitos humanos em concordância com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e outros instrumentos relevantes de direitos humanos;
- i) Estabelecer as condições necessárias que permitam ao continente desempenhar seu devido papel na economia global e nas negociações internacionais;
- j) Promover o desenvolvimento sustentável a nível econômico, social e cultural, bem como a integração das economias africanas;
- k) Promover a cooperação em todos os campos da atividade humana para elevar os padrões de vida dos povos africanos;
- l) Coordenar e harmonizar as políticas entre as existentes e futuras Comunidades Econômicas Regionais para a realização gradual dos objetivos da União;
- m) Avançar o desenvolvimento do continente através da promoção de pesquisas em todos os campos, especialmente em ciência e tecnologia;
- n) Trabalhar com os parceiros internacionais relevantes na erradicação de doenças evitáveis e da promoção da boa saúde no continente.

No artigo 5 do Ato Constitutivo são expressos os órgãos presentes na UA. A Assembleia, composta pelos chefes de Estado e de Governo que se reúnem a cada ano em uma sessão ordinária, é o órgão supremo responsável por determinar as políticas comuns da União, monitorar a implementação de tais políticas e das decisões da UA, adotar o orçamento da organização e definir as diretrizes do Conselho Executivo, órgão responsável por coordenar e tomar decisões em áreas de interesses comuns dos Estados-membros, como educação, cultura, saúde, recursos humanos e desenvolvimento. A Comissão da UA, composta por um presidente, vice-presidente e outros comissários, representa o Secretariado da UA, cujas responsabilidades são determinadas pela Assembleia da UA. Já o Parlamento Pan-Africano desempenha funções consultivas no que diz respeito à intensificação do processo de desenvolvimento e de integração econômica do continente. O artigo 14 do Ato Constitutivo da UA cria sete Comitês Técnicos Especializados, sendo eles: Comitê de Economia Rural e de Questões Agrícolas, Comitê de Assuntos Monetários e Financeiros, Comitê de Comércio, Alfândega e Imigração, Comitê de Indústria, Ciência e Tecnologia, Energia, Recursos Naturais e Meio Ambiente, Comitê de Transportes, Comunicações e Turismo, Comitê de Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais e, por fim, Comitê de Educação, Cultura e Recursos Humanos. Além disso, no artigo 19 do mesmo documento são estabelecidos o

Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco Africano de Investimentos.

No artigo 23, intitulado de “Imposição de Sanções”, são definidas possíveis medidas punitivas aos países membros que não contribuírem com o orçamento da União, tais como a proibição de discursar nas assembleias e de se favorecer das atividades propostas. Além disso, outras sanções poderão ser adotadas, como por exemplo, o fim dos vínculos de transporte e comunicações com outros Estados-membros.

É importante salientar que, no âmbito da evolução da OUA até a UA, verifica-se que os países da África perceberam a necessidade de se estabelecer uma instituição mais eficaz no continente, e, a partir das experiências vividas na época da OUA, foram admitidas tais medidas sancionatórias, antes ausentes na antecedente da União Africana, como mais um instrumento de afirmação dos ideais de unificação africana.

3 AS INICIATIVAS DA UNIÃO AFRICANA

No mundo altamente interdependente e globalizado que vem se construindo ao longo dos anos, é notável o crescimento da importância das instituições internacionais, que atuam nas mais diversas áreas temáticas e que são as principais responsáveis por promover maior cooperação entre os Estados na esfera internacional. No que concerne ao continente africano, há destaque para a União Africana e sua influência no campo da segurança e da integração do continente. Assim, nesse capítulo discute-se a influência da União Africana no que diz respeito às questões sociais, econômicas e de segurança que se fazem presente na África, abordando os casos emblemáticos, como a Missão da UA em Comores e na Somália, além de discutir os limites e as problemáticas da atuação de uma organização internacional baseada na integração regional, como é o caso da UA.

3.1 A importância da União Africana

À luz do liberalismo institucional, a dinâmica de funcionamento do sistema internacional tem passado por consideráveis mudanças, sobretudo no âmbito das novas interações entre as diferentes entidades que atuam no cenário internacional, sejam elas Estados, organizações internacionais, sociedade civil e organizações não-governamentais. Esse rearranjo se deve à concepção liberal de que as instituições internacionais são capazes de influenciar o comportamento dos Estados, visando a ordem e a paz em uma esfera marcada pela anarquia internacional. Assim, como descrevem Nogueira e Messari, as instituições internacionais

“Aumentam o fluxo de informações, permitindo maior transparência acerca das interações, interesses e preferências dos Estados, contribuindo para a redução da incerteza que caracteriza o ambiente anárquico; estabelecem mecanismos de monitoramento e controle que visam a verificar se as partes de um regime estão, de fato, cumprindo os acordos firmados; [...] criam condições para que os Estados adotem estratégias cooperativas com uma expectativa razoável de reciprocidade por parte dos demais membros de um regime; criam mecanismos para penalizar aqueles Estados que não cumprem promessas, aumentando o custo de estratégias não cooperativas; mudam as expectativas dos atores; geram custos para condutas que visam a obter ganhos de curto prazo por meio da trapaça e criam incentivos a condutas cooperativas ao acenar com ganhos mútuos crescentes.”⁸⁵

⁸⁵ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar, op. cit., p. 93.

No continente africano, a União Africana representa um importante ator responsável pela integração e pelo desenvolvimento da África, apesar de não ser uma organização supranacional. Atuando nas mais diversas vertentes, a UA ainda está em processo de consolidação, apresentando tímidos, mas importantes triunfos, fato que acarreta expectativas para a construção de uma África mais próspera.

No campo econômico, há destaque para o New Partnership for Africa's Development (NEPAD)⁸⁶, um programa proposto, inicialmente pelos líderes da África do Sul, Argélia, Egito, Nigéria e Senegal, no âmbito da Organização da Unidade Africana, que foi ratificado pela União Africana e adotado, em 2002, pelos chefes de Estado africanos. O NEPAD tem os objetivos principais de erradicar a pobreza, promover o crescimento e desenvolvimento sustentável e aumentar a participação da África na economia internacional.

As origens do NEPAD se encontram em várias iniciativas, ainda no âmbito da antiga OUA, que não tiveram os resultados desejados, como por exemplo, o Plano de Ação de Lagos e o Plano Final de Lagos, ambos de 1980⁸⁷. Com os insucessos das propostas desenvolvimentistas, alguns países, unilateralmente, elaboraram seus próprios projetos, como foi o caso do Millennium Africa Recovery Plan (MAP), um projeto da África do Sul com o objetivo de promover o amplo desenvolvimento do continente africano, incluindo avanços políticos, democráticos, e o Omega Plan, um plano “técnico-econômico, voltado para a infraestrutura”⁸⁸ e idealizado por Senegal. Esses dois planos deram origem ao New African Initiative (NAI), que, posteriormente, se transformou no NEPAD. Com a ambição de captar cerca de 12% do PIB da África⁸⁹, o NEPAD teve grande repercussão internacional, conseguindo arrecadar investimentos externos para compor os recursos financeiros, porém, o plano ainda não teve resultados efetivos.

⁸⁶ NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). Disponível em: <<http://www.nepad.org/>>. Acesso em 20/04/2015.

⁸⁷ NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). Disponível em: <<http://www.nepad.org/history>>. Acesso em 20/04/2015.

⁸⁸ DÖPCKE, Wolfgang. *Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.45, n. 1, p. 147, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a06v45n1.pdf>>. Acesso em 18/04/2015.

⁸⁹ DIALLO, Alfa Oumar. *A nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD)*. Rev. Lasallista Investig., Caldas, v.5, n.1, 2008. p. 77. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlsi/v5n1/v5n1a11.pdf>>. Acesso em 17/04/2015.

No âmbito social, a União Africana conta com o Departamento de Questões Sociais (Department of Social Affairs), que é responsável por apresentar projetos das mais naturezas em prol da construção de melhores condições para os africanos. Nesse sentido, tem-se o Plano Ouagadougou de Ação para o Combate do Tráfico de Seres Humanos, especialmente Mulheres e Crianças⁹⁰. Esse plano, que foi institucionalizado em 2006, é resultado de uma parceria entre a União Europeia e a União Africana e tem como princípios básicos a prevenção do tráfico humano de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o empoderamento das mulheres no âmbito das políticas nacionais, a cooperação, tanto entre os próprios Estados africanos quanto entre a África e as organizações internacionais e intergovernamentais, e a diminuição da pobreza, da vulnerabilidade, do desemprego, da corrupção e dos conflitos armados, questões que criam uma situação propícia para o tráfico de pessoas.

Assim, o Plano Ouagadougou estabelece certas medidas que devem ser tomadas pelos Estados membros da UA, como por exemplo, promover educação, oportunidades de trabalho e melhores condições econômicas para as populações africanas, além de capacitar as autoridades militares para combater o tráfico humano e de mobilizar os canais midiáticos, ONGs e outras entidades da sociedade civil para essa questão.

A respeito das questões que envolvem conflitos, a União Africana conta com o Conselho de Paz e Segurança (Peace and Security Council – PSC) em seu arcabouço institucional. No protocolo que originou o PSC, estão definidos alguns objetivos do conselho, tais como promover a paz, segurança e estabilidade na África, garantir a proteção e a preservação da vida, da propriedade e do bem-estar e do desenvolvimento dos povos africanos, coordenar e harmonizar os esforços para a prevenção e o combate do terrorismo internacional, além de ser responsável pelas práticas de peace-making e peace-keeping caso algum conflito se desenvolva no continente africano⁹¹.

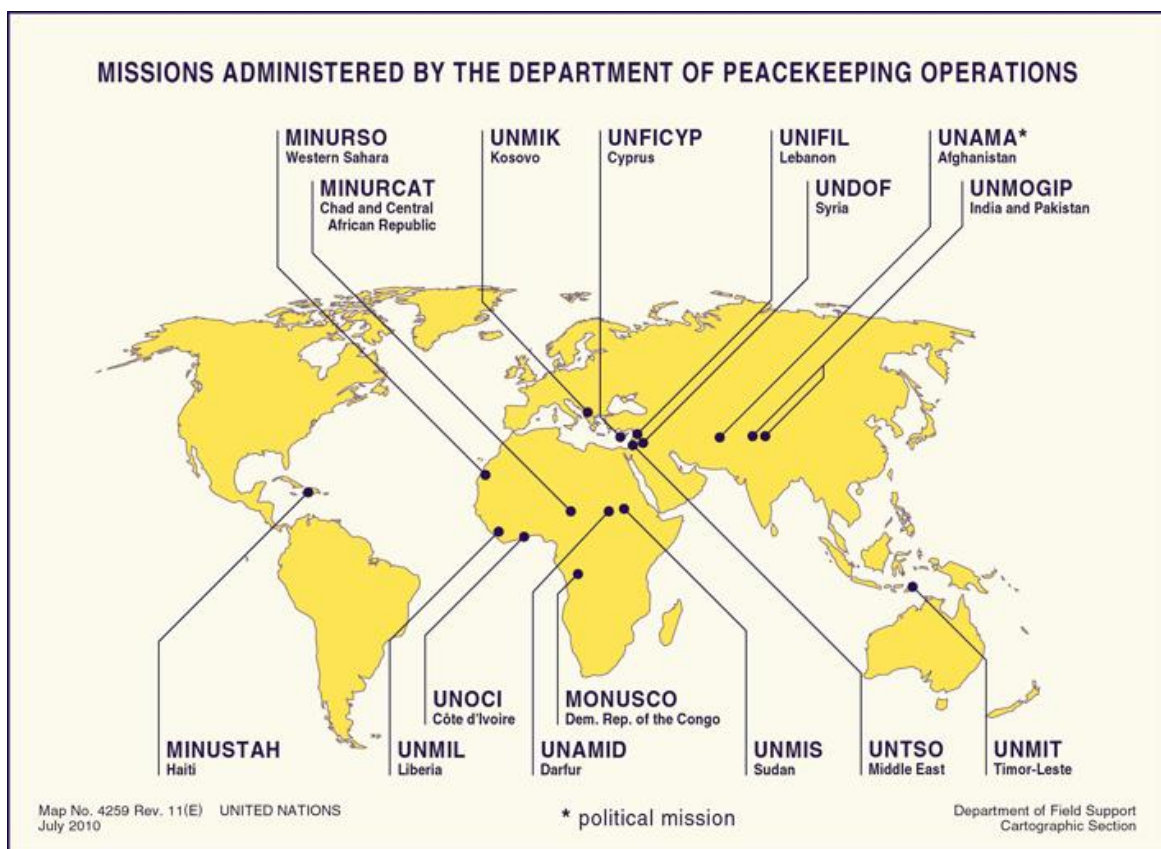
Ainda no âmbito dos conflitos armados, segundo o artigo 7 do PSC, é prevista a atividade de cooperação do PSC com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de outras entidades, para prestar apoio e assegurar a paz no continente africano.

⁹⁰ AFRICAN UNION. *Ouagadougou Action Plan To Combat Trafficking In Human Beings, Especially Women and Children*. Disponível em: <<http://sa.au.int/en/content/ouagadougou-action-plan-combat-trafficking-human-beings-especially-women-and-children-0>>. Acesso em 20/04/2015.

⁹¹ AFRICAN UNION. *Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*. First Ordinary Session of the Assembly of the African Union. Durban, 2002. p. 5. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/psc-protocol-en.pdf>>. Acesso em 26/04/2015.

Assim, há destaque para a UNAMID (African Union/UN Hybrid operation in Darfur)⁹², uma operação conjunta entre a União Africana e a ONU, estabelecida em 2007 para prestar assistência humanitária, garantir os direitos humanos da população local e fornecer auxílio nas questões relativas às fronteiras com o Chade e a República Centro-Africana. Nesse contexto, é necessário mencionar o relatório do Departamento de Informação Pública da ONU, divulgado em março de 2015, que indicou a existência, até a data referida, de 16 operações de paz em andamento, e dessas, 9 se localizavam no continente africano.

Figura 2 – UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS



Fonte: UN Peacekeeping Operations Fact Sheet⁹³

Desse modo, nota-se que, apesar de serem visíveis e consideráveis as iniciativas da União Africana em “resolver os problemas africanos por meios africanos”, inspiradas

⁹² UNITED NATIONS. *UNAMID: African Union/United Nations Hybrid operation in Darfur*. Disponível em: < <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unamid/>>. Acesso em 25/04/2015.

⁹³ UNITED NATIONS. *UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS*. Peace and Security Section of the United Nations Department of Public Information, 2015. Disponível em: < <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote0215.pdf>>. Acesso em 27/04/2015.

pelo pan-africanismo, e de apresentar um papel mais ativo no que tange aos conflitos na África, ainda há profunda dependência da ONU e de outras entidades para solucionar os conflitos armados no continente. Essa dependência envolve o âmbito logístico, visto que faltam suprimentos e equipamentos utilizados nas operações de paz, o âmbito financeiro, afinal a contribuição anual arrecadada dos Estados membros da UA é quantitativamente baixa, dependendo de investimentos externos, e o âmbito de recursos humanos, ou seja, tropas e polícias especializadas.

Nesse contexto, é importante destacar que, embora as missões de paz sejam definidas para dar suporte aos países que enfrentam intensos conflitos armados, principalmente guerras civis, como é o caso africano, tais missões abrem possibilidades para circunstâncias negativas. Assim, as missões de paz, muitas vezes, não contam com um corpo militar devidamente treinado e capacitado para atuar em situações delicadas e complexas, que são tratadas com bastante agressividade, como é o caso dos países africanos, que presenciam constantes conflitos entre etnias. Além disso, em 2005, o então secretário-geral da ONU alertou para a problemática do abuso e da exploração sexual⁹⁴ por parte dos indivíduos que compõem as missões de paz realizadas pela instituição.

3.2 Missão da União Africana em Comore

O papel mais ativo da UA no âmbito das missões de paz pode ser verificado na ocasião da Missão de Assistência Eleitoral e de Segurança (MAES), uma missão exclusiva da UA enviada à Anjouan, uma das ilhas pertencentes às Ilhas de Comores em 2007. No período referente, as ilhas autônomas de Comores, Grande Comore, Anjouan e Moheli, estavam em processo de iniciar eleições para os respectivos presidentes das ilhas, e, especificamente em Anjouan, esse processo foi turbulento, afinal o então presidente Mohamed Bacar perdeu as eleições, mas continuava no poder⁹⁵. Isso levou a

⁹⁴ UNITED NATIONS. A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations. General Assembly. 59th session, março de 2005. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/247/90/PDF/N0524790.pdf?OpenElement>>. Acesso em 01/05/2015.

⁹⁵ RABELO, Caio Leite; GUIMARÃES, Natália Cordeiro. *Uma Renascença? Protagonismos Na União Africana*. Caderno de Relações Internacionais, v.7, n.2, 2014. p. 45. Disponível em: < <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23755/23755.PDFXXvmi=goNuqWziMoLe9mmvU2hzTLvnHsd3kdUBCJ74GGmt69Ifv6Lq8412Pxqw1FAmSvZvf6AWMWqS6a9DgV5p17rQFToHz04sv30M9AKWxbQFm0iDwo3XvvPcqeT1fXtL2uzb5k9Dw0iT1CxX2BWz8MLA1FBhE64GBDSGX2ku3Ep4hX2jA0TJMFjOIU601aHDOBJNEFjHkLJLCHOWhOQ2CvlqSgwSiIBVwgcgkQWExhokT69RoXJqAgM294A2niDjQQBcHx>>. Acesso em 18/04/2015.

um cenário de instabilidade com ataques feitos por polícias “paralelas” contra as forças nacionais de Comores. Nesse sentido, o Conselho de Paz e Segurança da UA determinou o estabelecimento da MAES com os objetivos de auxiliar as forças armadas de Comores e monitorar o período eleitoral para promover eleições “livres, justas e transparentes”⁹⁶.

A MAES contou com apoio logístico e de tropas da Tanzânia, do Sudão e da Líbia, além da contribuição do Senegal no planejamento da operação militar e do apoio da Organização Internacional da Francofonia, da Liga dos Estados Árabes, da União Europeia e do Conselho de Segurança da ONU para implementar as sanções impostas às autoridades ilegais⁹⁷, personificadas em Mohamed Bacar. Inicialmente, o período de vigência da MAES era entre maio e julho de 2007, porém se estendeu até abril de 2008, devido às tentativas frustradas de entrar em acordo com Bacar. Assim, em 2008 as tropas da MAES invadiram a ilha de Anjouan e expulsaram-no do poder, promovendo novas eleições para o mesmo ano.

3.3 Missão da União Africana no Burundi

Após a morte do presidente do Burundi, em 1993, Melchior Ndadaye, escolhido por meio de eleições democráticas, o país foi palco de intensa guerra civil, travada entre os “hutus” e os “tutsis”. Diante da problemática, várias tentativas de negociações foram elaboradas sob a iniciativa de Nelson Mandela, levando à criação e assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação para Burundi, em Arusha, em 2000⁹⁸. Além desse acordo, que determinava o estabelecimento de um governo de transição no Burundi, outros dois acordos de cessar-fogo foram assinados no ano de 2002, porém, sem êxitos, afinal nem todas as partes envolvidas no conflito concordaram em assinar os acordos.

Desse modo, com as diversas recusas por parte do CSNU de se instaurar uma intervenção no país através de uma missão de paz, a União Africana decidiu assumir o protagonismo no continente e, em 2003, lançou a Missão da União Africana no Burundi (African Union Mission in Burundi – AMIB). Com os principais objetivos de

⁹⁶ AFRICAN UNION. *Communique: 77th meeting of the Peace and Security Council on the situation in the Comorian Island of Anjouan*. Durban, South Africa, 2007. p. 2. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/communiqueoncomoroseng.pdf>>. Acesso em 19/04/2015.

⁹⁷ AFRICAN UNION. *Communiqué: 102th meeting of the Peace and Security Council on the situation in the Comorian Island of Anjouan*. Addis Ababa, Ethiopia, 2007. p.1. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/communiquy-comoros-102-eng.pdf>>. Acesso em 19/04/2015.

⁹⁸ ECOSTEGUY, Pedro. *A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. p. 130.

“supervisionar os acordos de cessar-fogo, apoiar as iniciativas de desarmamento e desmobilização, promover a reintegração dos ex-combatentes e contribuir para a estabilidade política e econômica no Burundi”⁹⁹, a AMIB foi liderada pela África do Sul, mas também contou com a contribuição de soldados da Etiópia e de Moçambique.

Apesar do ativismo da UA em se posicionar para fomentar a solução da guerra civil no Burundi, a AMIB encontrou algumas dificuldades para realizar os seus objetivos. Recursos financeiros insuficientes e ineficaz administração da missão eram problemas recorrentes da missão. Assim, em 2004, no âmbito do CSNU, foi aprovada a Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB) para assumir o papel da missão comandada pela UA. Essa transição da AMIB para a ONUB foi feita de maneira pacífica, mas demonstra que, em questões de segurança, a União Africana ainda é deficitária e, por isso, necessita do apoio de outras instituições não-africanas.

3.4 As limitações do liberalismo institucional no contexto da União Africana

A União Africana, concebida como uma instituição para promover a integração e o desenvolvimento do continente, tem passado por diversas etapas desse processo, e, nos últimos anos, mostra-se cada vez mais engajada e ativa no que diz respeito ao estabelecimento de normas e projetos para consolidar seus principais objetivos. Desse modo, observa-se uma nova configuração do cenário internacional, apresentando maior participação da África nos foros internacionais, sobretudo nos debates acerca dos países em desenvolvimento. Porém, apesar do crescente esforço da UA, ainda existem algumas falhas e controvérsias na própria concepção do que deveria ser a UA para a África.

Sob a ótica liberal institucionalista, especificamente a vertente da “interdependência complexa”, as instituições internacionais intensificam as relações entre os Estados, aumentando as oportunidades de cooperação. Porém, a cooperação não é assegurada, afinal, mesmo inseridos em uma mesma rede de normas e regras, os Estados são movidos, primeiramente, pelos seus interesses individuais, que em uma instituição internacional, se combinam em interesses mútuos¹⁰⁰, mas que também podem divergir, podendo ocasionar conflitos entre os Estados. Nesse sentido, como a UA não é uma instituição supranacional, os Estados não abdicaram de parte da soberania, e assim, não há uma instância de coerção capaz de exercer maior controle

⁹⁹ AGOAGYE, Festus. The African Mission in Burundi: lessons learned from the first African Union Peacekeeping Operation. Disponível em: <<http://www.eldis.org/go/home&id=16351&type=Document#.VVpjTEZQDeY>>. Acesso em: 20/04/2015.

¹⁰⁰ MINGST, Karen A., op. cit., p. 58.

sobre os Estados membros da instituição africana, prevalecendo os interesses individuais de cada Estado, e cada um avalia se a atividade de cooperação traz maiores benefícios e vantagens.

A respeito da “interdependência complexa”, é importante salientar que essa concepção, disseminada pela a teoria liberal institucionalista, pode ser entendida de diversas formas, dependendo do caráter que se queira analisar a categoria. Desse modo, sob a ótica realista das Relações Internacionais, a “interdependência complexa” consiste em mais uma mera relação de poder, ou seja, apesar dos efeitos benéficos que a prática da cooperação pode gerar, as redes de interdependência continuam sendo influenciadas, primordialmente, pelos Estados detentores de mais poder, que são capazes de exercer maior influência nos debates e nas decisões das instituições internacionais.

Outra questão que gera controvérsia é a respeito da interação de outras instituições internacionais com a UA no âmbito dos investimentos que compõem o orçamento da instituição. Segundo o Relatório Anual de 2014 da UA, o orçamento, em dólares, para o referido ano, era de \$308.048.376, sendo que \$170.098.545 do total era derivado de parceiros internacionais, tais como os Estados Unidos, a União Europeia, a China e a ONU¹⁰¹. Ainda de acordo com o relatório citado, os Estados membros da UA que mais contribuíram em 2014 foram África do Sul, Nigéria e Líbia, e esse fato evidencia a influência desses países tanto no cenário interno africano quanto no âmbito internacional, afinal esses são os Estados africanos e representantes dos países em desenvolvimento mais expressivos no contexto internacional.

Nesse sentido, fica notável a carência de recursos financeiros originários da África e essa problemática se reflete na implementação das operações e nos programas almejados pela UA. Ademais, a dependência da UA também é observada no sentido do estabelecimento das operações de paz, que, somente com o orçamento da UA, não são possíveis de serem realizadas, além da dependência dos recursos logísticos e operacionais. Assim, a missão da UA em Burundi contou, principalmente, com investimentos europeus¹⁰², mas, mesmo assim, a instituição não conseguiu levar adiante

¹⁰¹ ZUMA, Nkosazana Dlamini (org.). *African Union Handbook*. African Union Commission and New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2014. Disponível em: < <http://www.au.int/en/sites/default/files/MFA%20AU%20Handbook%20-%20Text%20v10b%20interactive.pdf>>. Acesso em 27/04/2015.

¹⁰² RABELO, Caio Leite; GUIMARÃES, Natália Cordeiro. *Uma Renascença? Protagonismos Na União Africana*. Caderno de Relações Internacionais, v.7, n.2, 2014. p. 45. Disponível em: < <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23755/23755.PDFXXvmi=goNuqWziMoLe9mmvU2hzTLvnHsd3kdUBCJ74GGmt69Ifv6Lq8412>

a operação no país. Diante da situação insustentável que se presenciava em Burundi, após diversas solicitações de intervenção, a ONU decidiu criar uma missão específica para substituir a iniciativa da UA.

À luz da “interdependência complexa”, os autores (Keohane e Nye) deixam perceptível a crença nos interesses individuais dos Estados, e não no altruísmo característico das primeiras expressões do pensamento idealista das Relações Internacionais¹⁰³. Assim, toda essa intensa relação entre a UA e os diferentes atores internacionais, sobretudo no âmbito financeiro, não é pautada somente pelo espírito de cooperação e de desejo de auxiliar o desenvolvimento do continente africano.

Além disso, também é do interesse das grandes indústrias bélicas mundiais que os conflitos africanos perdurem por mais longos anos, afinal esse tipo de situação, que se faz presente no continente africano por décadas, tem um papel bastante vantajoso no que diz respeito à manutenção do comércio internacional de armamentos. Nesse contexto, destaca-se o controle do comércio de armas pelas potências ocidentais, tais como os EUA, que dominavam cerca de 50% das exportações mundiais de armamentos, além de Rússia, França e Grã-Bretanha, com 13%, 10% e 6,5%, respectivamente¹⁰⁴.

Assim, é evidente que os investimentos externos direcionados à África carregam consigo interesses profundamente estratégicos, afinal há, de fato, grande ambição em controlar e manter a dependência da África, que possui importantes reservas de petróleo, além de ainda ser uma fonte de exploração de pedras preciosas e marfim desde o período colonial. Desse modo, tais investimentos não conseguem proporcionar condições para que exista um desenvolvimento africano, e assim, a relação de dependência econômica e, conseqüentemente, tecnológica se constitui em um forte delimitador da evolução da África, que continua marcada pela extrema pobreza.

Pxqw1FAmSvZvf6AWMWqS6a9DgV5p17rQFToHz04sv30M9AKWxbQFm0iDWo3XvvPcqeT1fXtL2
uzb5k9Dw0iT1Cxx2BWz8MLA1FBhE64GBDSGX2ku3Ep4hX2jA0TJMFjOIU601aHDOBjNEFjHkLJL
CHOWhOQ2CvLqSgwSiIBVwgcgkQWExhokT69RoXJqAgM294A2niDjQQBcHx>. Acesso em
18/04/2015.

¹⁰³ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar, op. cit., p. 91.

¹⁰⁴ Apud SERFATI, Claude. La mondialisation armée. Le déséquilibre de la terreur. Paris: La Discorde, 2001. p. 165. In TOUSSAINT, Eric. A Bolsa ou a Vida. São Paulo: Perceu Abramo, 2002. p. 161.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como embasamento a teoria do liberalismo institucional das Relações Internacionais, delimitando o estudo de acordo com a concepção neoliberal da “interdependência complexa”, que teve sua máxima expressão nos anos de 1980. Com essa fundamentação do liberalismo institucional, foi possível tecer uma abordagem analítica e crítica em relação ao papel da União Africana na África.

O surgimento de novos atores internacionais, sobretudo as instituições internacionais, tem ganhando destaque cada vez mais no cenário internacional e essa realidade, composta por Estados, organizações internacionais, organizações não-governamentais e a sociedade civil, compreende um novo caminho para os rumos que o cenário internacional vem traçando nos últimos anos. Nesse sentido, segundo os preceitos da “interdependência complexa”, as instituições internacionais são de suma importância para o rearranjo do sistema internacional, estabelecendo novas e intensas formas de relações entre as entidades internacionais.

No caso africano, objeto de estudo desse trabalho, a importância da União Africana vem crescendo e gerando bastante expectativa, apesar de ser uma organização relativamente nova e ainda possuir sérias limitações.

Quando se pensa em “África”, é comum considerar um continente homogêneo que compartilha as mesmas práticas e os mesmos ideais, apesar de ser composto por um grande número de países. Porém, longe de ser harmonioso e coeso, o continente africano consiste em um cenário complexo, composto por países que apresentam diversas etnias, muitas vezes divergentes, em um mesmo território. Cada uma com suas próprias convenções culturais, crenças religiosas, sistemas educacionais, e, sobretudo, suas próprias concepções do que seria uma África unificada. Essa característica de diversidade entre os povos africanos é reflexo direto de como o território da África foi constituído, desde o período colonial, com a divisão do continente, na ocasião da Conferência de Berlim, até o início do processo de descolonização, na década de 1970. Além disso, é importante destacar os problemas políticos encontrados na maioria dos países africanos, que presenciaram ditaduras por várias décadas, e que, tardiamente, adotou práticas democráticas para a constituição dos Estados africanos.

O que se pode constatar é que, apesar da libertação dos países africanos de seus colonizadores, a colonização deixou vestígios que provocaram inúmeros desafios para a

constituição da África e o seu desenvolvimento. Nesse sentido, embora o pan-africanismo tenha voltado à tona nas discussões realizadas no âmbito da União Africana e motivado as autoridades e as populações locais, a instituição internacional ainda caminha lentamente em prol das necessidades de mudanças no continente africano. Assim, observa-se que, pelo fato de haver profunda dependência de recursos externos tanto materiais quanto financeiros, a União Africana ainda se constitui em um plano idealizado, sem muitas conquistas efetivas.

Ademais, com base na “interdependência complexa”, é possível notar o caráter assimétrico das relações de cooperação da UA com os outros atores internacionais, visto que o continente ainda continua em situação vulnerável e sem previsões de melhorias. Nesse sentido, a UA tem tentado manter um papel ativo nas questões que envolvem os problemas sociais, financeiros e de segurança, e, mesmo que o papel da UA não seja tão decisivo para promover o desenvolvimento e a paz no continente, esses esforços são consideráveis, visto que a UA se trata de uma reformulação da antiga OUA. Apesar disso, a instituição, inspirada na União Europeia, ainda apresenta sérias imprecisões e está distante de se constituir em um modelo unificador da África.

Por fim, percebe-se a diminuição da atenção para os problemas africanos, sobretudo nos canais midiáticos. À luz do liberalismo institucional, esse fenômeno pode ser visto frequentemente pelo fato de não haver mais uma agenda “hierárquica” dos principais assuntos discutidos na comunidade internacional. Assim, as questões relativas às guerras civis africanas perderam espaço para novas temáticas, como meio ambiente e terrorismo, deixando o continente ainda marginalizado.

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. Disponível em: <<http://www.au.int/en/>>. Acesso em: 12/04/2014.

AFRICAN UNION. *Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*. First Ordinary Session of the Assembly of the African Union. Durban, 2002. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/psc-protocol-en.pdf>>. Acesso em 26/04/2015.

AGOAGYE, Festus. *The African Mission in Burundi: lessons learned from the first African Union Peacekeeping Operation*. Disponível em: <<http://www.eldis.org/go/home&id=16351&type=Document#.VVpjTEZQDeY>> . Acesso em: 20/04/2015.

ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

A Partilha da África. Disponível em: <<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2011/02/africa-o-continente-do-futuro.html>> . Acesso em: 28/02/2014.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BOAHEN, Albert A.(editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: Das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2007

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Da macroeconomia clássica à keynesiana*. São Paulo, 1968. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1968/68-98damacroclassicaakeynesiana.apostila.pdf>> Acesso em 20/03/2015.

CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CHARTER OF THE ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY, 479 U.N.T.S. 39, entered into force Sept, 1963. University of Minnesota: Human Rights Library. Disponível em: <http://www1.umn.edu/humanrts/africa/OAU_Charter_1993.html>. Acesso em 16/04/2014.

CILLIERS, Jakkie e MALAN, Mark Malan. *Progress with the African Standby Force* p.1. Pretória, Institute for Security Studies, ISS Paper 98, maio de 2005.

CONSTITUTIF ACT OF AFRICAN UNION. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf>. Acesso em 16/04/2014.

DECRAENE, Philippe. *O Pan-Africanismo*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

ECOSTEGUY, Pedro. *A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R.. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GENERAL ACT OF THE BERLIN CONFERENCE ON WEST AFRICA, 26 February 1885. Disponível em: < <http://africanhistory.about.com/od-eracolonialism/1/bl-BerlinAct1885.htm>>. Acesso em: 18/04/2014.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Tradução de Sleni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Tradução de Constância Morel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

INTERNATIONAL CONVENTION ON THE SUPPRESSION AND PUNISHMENT OF THE CRIME OF APARTHEID. United Nations General Assembly, New York, 30 November 1973. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/res/3068\(XXVIII\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/res/3068(XXVIII))>. Acesso em 20/04/2014.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Tradução de Bárbara Duarte. Revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

JERVIS, Robert. *Realismo, Neoliberalism and Cooperation*. International Security, vol. 24, No. 1 (Summer 1999)

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1795.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3.ed. Nova York: Longman, 2001.

KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Tradução de Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo. Revisão técnica de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra-II*. Tradução de Américo de Carvalho. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

- MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Atual, 2008.
- MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe (editores). *História geral da África. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- NAY, Olivier. *História das ideias políticas*. Tradução de Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *África: Terra, sociedades e conflitos*. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais temas, atores e visões*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges. *História das ideias políticas*. Tradução de Regina Louro e António Viana. V.2. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- SARAIVA, José F. S. (organizador). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SEINTENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Editora do Advogado, 2008.
- THE VERSAILLES TREATY JUNE 28, 1919. Yale Law School. The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/subject_menus/versailles_menu.asp>. Acesso em: 18/04/2014.
- TOUSSAINT, Eric. *A Bolsa ou a Vida*. São Paulo: Perceu Abramo, 2002.
- UNITED NATIONS. *UNAMID: African Union/United Nations Hybrid operation in Darfur*. Disponível em: < <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unamid/>>. Acesso em 25/04/2015.
- UNITED NATIONS. *UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS*. Peace and Security Section of the United Nations Department of Public Information, 2015. Disponível em: < <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote0215.pdf>>. Acesso em 27/04/2015.

WIESE, Bernd M. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/132363/Democratic-Republic-of-the-Congo-DRC/40813/Belgian-paternalism-and-the-politics-of-decolonization#ref467771>>. Acesso em 18/04/2014.

ZUMA, Nkosazana Dlamini (org.). *African Union Handbook*. African Union Commission and New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2014. Disponível em: <<http://www.au.int/en/sites/default/files/MFA%20AU%20Handbook%20-%20Text%20v10b%20interactive.pdf>>. Acesso em 27/04/2015.